

## DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA POLÍTICA E A CIÊNCIA POLÍTICA: A RENOVAÇÃO E AS RESSONÂNCIAS ENTRE OS CAMPOS CIENTÍFICOS

Philippe Chaves Guedon <sup>1</sup>

**Resumo:** A História Política que se fez presente na produção historiográfica no final do século XX afirmava que, agora sob bases renovadas, a interdisciplinaridade era o caminho para o retorno a uma posição de destaque no campo da História. Dentre as disciplinas que auxiliariam a compreensão do passado, a Ciência Política teria um papel na compreensão de novos objetos, tais quais as eleições, o voto e os partidos políticos. Objetos estes que também são compartilhados na Ciência Política moderna, principalmente a partir do advento do neoinstitucionalismo. No entanto, o que o presente artigo busca vislumbrar é o diálogo que efetivamente se deu entre as duas epistemes na tarefa de recuperação da história política e o estado atual dessa interação. Em primeiro lugar, portanto, discute-se a Ciência Política que foi lida pelos autores da História Política Renovada para afirmar-se como diferença ao que se tinha anteriormente. Posteriormente, identifica os caminhos diretos e indiretos que fizeram esse debate ser incorporado na produção nacional e os efeitos que se fazem presentes hoje nesses dois campos científicos. De maneira geral, trabalha com a ideia de estado da arte dessa interdisciplinaridade, em quase trinta anos da publicação de “Por uma História Política”, de René Rémond (1988).

**Palavras-chave:** História política. Ciência política. Historiografia. Campo científico.

### INTRODUÇÃO

Na abertura do relatório de avaliação preparado pelo CNPQ ainda na década de 70, Schwartzman (1977) afirmou que “a política não é privilégio dos cientistas políticos”(p.1). É um objeto a ser compartilhado com as ciências humanas e sociais aplicadas, cada uma a partir de uma perspectiva singular e métodos próprios.

Nesse contexto, o artigo discute os campos científicos da História Política e da Ciência Política a partir desse compartilhamento de objeto, a própria política, e a utilização que estes fizeram dos métodos e paradigmas de cada campo. Como base, tem-se uma análise centrada na obra de Rémond (2003) como marco explicativo dessa relação. De modo complementar, o artigo também investiga o período atual de interação entre os campos, sobretudo a partir da Ciência Política, que caminhou em um sentido de especialização politológico-científico que condiciona a história a segundo plano na explicação dos acontecimentos.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História, Política e Bens Culturais no PPHPBC/FGV/CPDOC, FGV/CPDOC, philippe\_guedon@hotmail.com. Bolsista de Mestrado do CNPQ.

De maneira holística, o artigo está subdividido em quatro partes, além desta. A primeira trabalha com a crítica feita à História Política, principalmente a partir da leitura crítica que se fez a essa forma de fazer história com a Escola dos Annales. O ponto seguinte discute o “retorno” da História Política a partir de renovações próprias de campo e do contexto histórico que estava inserido; ponto este em que o diálogo com as Ciências Sociais e, especificamente, a Ciência Política ajudou na consolidação e na legitimação desta prática historiográfica. Por fim, traça o atual panorama da relação entre os dois campos, mormente marcando o distanciamento e a especialização a partir da Ciência Política.

### **A HISTÓRIA POLÍTICA TRADICIONAL E O SEU DESCRÉDITO**

Rémond (2003) afirma que por séculos a história política teve proeminência no âmbito das explicações históricas. Isso porque no Antigo Regime, segundo ele, a produção histórica servia a iluminar o soberano e o regime, a monarquia. Em período seguinte, com a queda dos regimes monárquicos, o objeto manteve-se com o Estado, já que nesse momento o contexto a ser explicado era a formação dos Estados nacionais. De toda sorte, essa escola histórica garantia maior atenção às relações de poder estatais.

Além do ambiente conjuntural, a historiografia teria mantido essa tradição por duas razões, uma de natureza do próprio campo e outra da natureza do espírito da sociedade: a acessibilidade a fontes históricas e a percepção do Estado (Rémond, 2003). A primeira diz respeito às fontes que o Estado nacional produzia e, que, por conta de sua suposta objetividade, poderiam refletir melhor os fatos históricos. Na historiografia francesa, esse movimento marcou o século XIX e início do XX a partir da chamada Escola Metódica. De acordo com os defensores dessa abordagem, A história deveria servir a registrar os fatos históricos, estes verificados a partir dos documentos (Déloye, 1997).

A história produzida pela chamada História Política era assim classificada: cronológica, factual, contingente, elitista e psicologizante. Nas palavras de Rémond (2003), *“a história política reunia todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”*(p.20). Essa geração citada pelo autor é a que advém principalmente do movimento da Escola dos Annales, movimento posterior de renovação da historiografia, a quem pertence também as críticas elencadas acima. No entanto, ainda que distante da sistematização da maledicência contra a História Política como nos

Annales, o campo já ressentia de críticas deferidas no manifesto de Simiand, publicado em 1903.

Na publicação de François Simiand<sup>2</sup> (2003), o autor critica os três ídolos da tribo dos historiadores. O primeiro seria o ídolo político, representado pelo peso que as variáveis políticas detinham sobre as explicações dos acontecimentos; o segundo seria o ídolo individual, que era uma crítica à importância dos chamados “grandes homens”, os homens detentores de poder, o que fazia a história ser elitista e psicologizante; e por, fim, o ídolo cronológico, que diz respeito ao apego da História Política no factualismo e na busca pelas origens a partir do tempo. A visão de Simiand era de que a História careceria de um caráter científico, que só poderia ser possível a partir de um diálogo com a sociologia durkheiminiana; de todo modo, era uma crítica em relação ao objeto e ao método, além de um contato maior com a incipiente Ciência Social.

A partir de 1929, o movimento dos Annales, sobretudo com Marc Bloch e Lucien Febvre, fez crescer o descrédito da produção da História Política. Para Rémond (2003), o movimento derivou de uma nova moda intelectual, uma nova ideologia-dominante, que, por sua vez, era fruto de mudanças na própria sociedade. Se já havia críticas quanto ao método e o enquadramento, o contexto social também favoreceu a alternativa a História Política, quais sejam: movimentos na sociedade com relação à democratização política e social, além de maior articulação do movimento operário, relacionando-se a ideologia socialista, que modificou o olhar, antes direcionado às elites, agora para as massas. (Rémond, 2003).

A fim de fortalecer uma nova abordagem historiográfica, o desenvolvimento da Escola dos Annales se deu em negação ao que estava posto. A nova Escola francesa tinha como paradigmas a história econômica e social. No lugar de uma historiografia que tinha como pressuposto a configuração cronológica e factual, os Annales propunham uma história de longa duração. De certa forma, isso implicava enterrar o *événementielle* para fazer surgir a história profunda (Rémond, 2003).

O objeto da História Política ainda contaria com as críticas da Escola Marxista. Diante do fato de que a História Política tradicional era uma história que tinha como condição de existência o “brilho do estado” e o poder assegurado pelos personagens históricos, o

---

<sup>2</sup> Versão lida: SIMIAND, François. Método Histórico e Ciência Social. Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: Edusc, 2003, 118p.

marxismo relegava ainda mais a produção da História política ao segundo plano na historiografia. Isso porque a interpretação marxista ou melhor, parte significativa dos autores inspirados pela obra de Marx, classificou o Estado apenas como um comitê que gerenciaria interesses da burguesia (Marx e Engels, 1998); desta forma, a História Política não passaria da explicação das espumas da história, se tomados os termos de Burgière (1979).

### **O “RETORNO” A HISTÓRIA POLÍTICA E AS BASES DE SUA RENOVAÇÃO**

Ao mesmo passo que as transformações nas ideias e na sociedade fizeram a História Política ser relegada ao descrédito, um novo movimento a fez ressurgir. (Rémond, 2003). Em relação às transformações na sociedade, três aspectos são tomados como centrais pelo autor.

O primeiro deles diz respeito à experiência das guerras. Para o autor, o fenômeno das guerras demonstrou o peso que as decisões políticas têm no cotidiano das pessoas; a forma como enfrenta a guerra, as alianças e as consequências dependem da arena da política. O segundo efeito seria derivado da crise da economia liberal. Diante da ocorrência desses momentos críticos, o Estado foi chamado à intervenção, assim, as percepções sobre a capacidade de influência do Estado se alteraram. Por último, a ampliação dos domínios do Estado, principalmente pelas áreas de atuação em que passou a ter como função a gestão de políticas públicas como a saúde, cultura e educação. Assim, *“como sustentar ainda que o político não refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?”* (Rémond, 2003, p.22).

Todas essas questões de transformação da sociedade são encaradas como a demonstração de que a política era um campo com dinâmicas próprias (Lima, 2012). Além dos acontecimentos de ordem externa ao circuito produtivo da historiografia, as críticas feitas pelos movimentos anteriores, sobretudo a Escola dos Annales, deram possibilidade para a renovação do campo e da abordagem.

Segundo Angela de Castro Gomes (1996) o “retorno” da História Política guarda consigo relações de reorientação teórica, que atingiram as ciências sociais de forma geral. Argumenta que as explicações marxistas eram demasiado deterministas, restando pouca margem de ação para os atores individuais; enquanto a escola dos Annales, na anunciação dos atores coletivos, perdia os indivíduos históricos, sendo estes não localizáveis no tempo e espaço. Dessa maneira, havia um duplo movimento que permitia a renovação e a legitimação

da explicação política para os fenômenos históricos: mudança no ambiente conjuntural e incapacidade analítica das perspectivas historiográficas então dominantes.

Nesse contexto é que Rémond (2003) afirma que se abriu caminho para a retomada de credibilidade da História Política. Argumenta que não é possível falar em “retorno” porque o termo traz ideia de que voltaria ao mesmo estado epistemológico que foi conduzida ao descrédito. Defende, portanto, que essa (nova) História Política não é realizada nos moldes anteriores. Há uma renovação do campo, a partir de uma reflexão crítica do objeto e método. “*O desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa*” (Rémond, 2003, p.26).

O caminho escolhido pelos adeptos da História Política, agora “renovada”, foi de buscar traços multidisciplinares, uns contribuindo com o método, outro com reflexões ainda inexploradas. Da Ciência Política tomou a preocupação da participação como fundamental à vida política (Ferreira, 1993); da matemática, o uso das estatísticas; da linguística, as análises textuais e da psicologia social valeu-se dos estudos comportamentais. De modo geral, a história política tomava das outras ciências noções e interrogações. (Rémond, 2003)

Era dessa forma que a História Política poderia recuperar seu pressuposto científico, com o rebatimento das críticas sobre a utilização excessiva da curta duração, a predominância do estudo das elites e também quanto ao seu caráter supostamente pouco científico. Por meio dos estudos eleitorais, da participação na vida política, pela utilização de massas de dados e pela utilização de elementos de média e longa duração, “*a nova história política preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada*” (Ferreira, 1992, p.268).

No ponto seguinte, portanto, será trabalhada mais atentamente a leitura de Rémond sobre a política nesta interface de diálogo com a Ciência Política. Na coletânea organizada pelo autor, os temas indicam a presença da História Política como possibilidades de interpretação a novos fenômenos contemplando um total de doze áreas, em que cada um representa um capítulo. Diante do modelo de produção hegemônico atual da Ciência Política – o que será trabalhado na quarta seção deste ensaio – as referências à renovação serão expostas a partir dos seguintes temas: eleições, partidos, associação em política, opinião pública, mídia e política externa.

No tema referente às eleições, o autor trabalha com a ideia de que, ao analisar esse fenômeno, a História Política abarca todos os indivíduos da sociedade a partir da temática da participação, consubstanciada no voto. Era, claramente, uma crítica a Escola dos Annales, que

classificava a História Política como arena do estudo das elites. Nesse ponto, reforçar a ideia do sufrágio universal é central para a renovação do campo. Assim, a História Política poderia ser apresentada como capaz de abordar todos os indivíduos presentes na sociedade.

A Ciência Política pôde ainda contribuir para a mudança de perspectiva em relação ao objeto das eleições. Nos estudos da história política tradicional, as eleições foram tomadas para compreender as consequências de momentos históricos particulares. Dessa forma, algumas eleições foram estudadas em detrimento de outras.(Depeux, 1959; Génique, 1921)

No entanto, a partir do contato com a Ciência Política, o olhar passou a ser para o estudo dos mecanismos e comportamentos eleitorais. A História não perdia o olhar para as consequências de determinadas conjunturas históricas, mas observava também o ato eleitoral como enunciativo de uma dada realidade.

No capítulo que segue sobre os partidos, escrito por Serge Berstein, a produção histórica apenas era contemplada por monografias que buscavam restituir a realidade das formações dos partidos, com emprego “*ao tecido factual da vida dos partidos*”(Berstein, Rémond, 2003). Trata-se de uma crítica que atingiu a História Política como um todo. Além disso, os estudos históricos apenas observavam os partidos políticos fazendo referência ao projeto político-ideológico de sociedade que propunham. Dessa forma, apenas estudos de partidos minoritários, como os partidos comunistas, foram realizados (Berstein, 1982, 1983; Becker, 1981)

No campo mais detido da Ciência Política, a perspectiva de contato com a História nos estudos partidários contribui para formar tipologias nos estudos de elite e dinâmicas internas as agremiações partidárias. Michels (1914)<sup>3</sup> analisou substancialmente os partidos de esquerda do norte da Europa e Itália e observou que em todos eles havia uma tendência de oligarquização, no sentido de que em organizações de maiores dimensões, a tendência ser o governo de uma reduzida camada de dirigentes (Ribeiro, 2014). O diálogo é tão agudo com a História Política que a edição francesa de 1971 conta com prefácio escrito por René Rémond<sup>4</sup>, anunciando que, apesar das insuficiências metodológicas da obra, ela possui ampla

---

<sup>3</sup> Versão lida de 1971. MICHELS, Robert.. Les Partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1971.

<sup>4</sup> RÉMOND, R. 1971. Préface. In: MICHELS, R. 1971. Les Partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion

capacidade de diagnóstico das tendências organizativas. A obra com aparato da história das organizações iluminou – e ilumina – o campo dos estudos organizativos da Ciência Política.

O olhar da Ciência Política serviu para os historiadores observarem a natureza dos partidos a partir da sua função na sociedade contemporânea. Em “Os Partidos Políticos”, de 1951, Duverger produz uma explicação generalizante para o nascimento dos partidos, criando a classificação entre partidos de quadros e partidos de origem externa ao parlamento<sup>5</sup>. Segundo o autor, a estrutura de criação dos partidos políticos determina, ainda que em parte, suas estratégias de ação e sua organização interna. Para tal, argumenta que no século XIX o modelo de partido predominante era o partido de quadros, no qual uma pequena quantidade de membros, especialmente da elite, direcionavam o partido. No entanto, no final do século XIX e início do XX, a democracia política exigiu uma reorientação das organizações partidárias. Com esforço e penetração de novos setores sociais, a forma melhor adaptada ao ambiente foi o partido de massas, no qual contava com mobilização da sociedade civil e participação dos setores menos abastados da sociedade.

Em síntese, importa saber que, neste momento, os estudos organizativos da Ciência Política, como atestam Michels e Duverger, já trabalham com a ideia de historicidade e comparabilidade no tempo histórico. As organizações possuem uma história e ela participa em parte no condicionamento das relações que empreende no presente e futuro.

Se a estrutura dos partidos políticos era um campo a ser investigado para Rémond, outras associações também deveriam ser. No diálogo com a Ciência Política, Rioux afirma que essas organizações, apesar de não concorrerem pelo sufrágio e o exercício do poder direto, influenciam a opinião e poder públicos na relação global que se faz no sistema político. (Rioux, Rémond, 2003).

As associações políticas são vistas ainda como “laboratórios de ideias” e “caixa de ressonância de inquietações coletivas”. (Rioux, Rémond, 2003). Esse diálogo é mais incisivo na Ciência Política moderna a partir da ótica de formação de grupos de pressão. O diálogo é

---

<sup>5</sup> A fim de maiores explicações sobre a teoria de Duverger e Michels, bem como a ressonância no estudo de partidos políticos, ver: AMARAL, O. E. "O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura". *Debates*, Porto Alegre, vol. 7, n° 2, p. 11-32, 2013; RIBEIRO, Pedro Floriano. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. São Carlos: UFSCAR, 2009. p. 119-150. /NOVAES, Carlos Alberto Marques. “PT: dilemas da burocratização”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 35, 1993, p. 217-237.

fecundo na relação das associações com os partidos políticos, bem como nas esferas de poder, sobretudo estatais.

Por sua vez, a opinião pública foi também retomada para rebater as críticas de que a História Política apenas se detinha sobre a classe política. A partir do estudo da opinião pública, pôde-se pretender observar uma abordagem mais global da história. Do diálogo com o campo disciplinar da Ciência Política, a História Política tomaria a ideia de que a opinião pública não produz a política interna, nem mesmo a externa, mas contribui para o sucesso ou fracasso da política (Girard, 1969). Portanto, o diálogo se faz na medida em que a História incorpora a maneira pela qual os indivíduos interpretam e agem frente aos eventos.

Em relação à mídia, Rémond já anuncia a dificuldade metodológica de tratar as diversas formas de comunicação, tais como os jornais impressos, o rádio e a televisão. No entanto, na relação entre os campos científicos, o fundamental é observar a influência da mídia na opinião pública, interferindo nas esferas do campo político institucional. A História dava maior peso aos produtores da informação e detinha-se no nível individual, mas o arcabouço da Ciência Política permitiu observar o produto, ou seja, os efeitos da mídia na formação das mentalidades e nos efeitos práticos mais imediatos.

Nesse ponto, há um diálogo com os esforços da Ciência Política de observar os impactos da mídia na decisão do voto.<sup>6</sup> Também há relação com os estudos advindos da teoria da comunicação sobre os efeitos da mídia na conformação da opinião pública. De todo modo, insere a mídia com capacidade de influência na análise política, ponto em comum e em profusão no campo da comunicação política e nos estudos eleitorais.

Por fim, a história política também criou novas relações no campo da relação entre a política interna e a política externa. A História Política apreendeu da Ciência Política e da Sociologia as preocupações da dinâmica interna nos eventos internacionais. Uma dessas contribuições que dialogam a interpretação da História Política é o modelo de jogo de dois níveis, de Robert Putnam (2010). Segundo esse modelo, as políticas domésticas e internacionais estão entrelaçadas, de modo que mudanças no ambiente internacional afetam as dinâmicas internas, do mesmo modo que mudanças no ambiente interno condicionam e

---

<sup>6</sup> Para uma breve revisão sobre as diversas teorias que abarcam a construção das tipologias interpretativas sobre decisão eleitoral, ver: TELLES, LOURENÇO e STORNI. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009.



explicam mudanças externas. Nas palavras de Milza, autor do capítulo inerente a Relações Internacionais na organização de Rémond,:

“[...] a história política não demorou a seguir os mesmos passos e a encampar a preocupação com as relações entre o que se passava do lado de dentro e o ambiente internacional, entre as escolhas de política interna e as que se supõe ligadas aos assuntos externos”(p.366).

Diante da exposição dos argumentos acima, a renovação da História Política é, sem dúvida, interdisciplinar. Nesse diálogo que se faz presente com as diversas áreas das Ciências Humanas, a Ciência Política tem papel central, uma vez que ao compartilhar o objeto de análise, o poder, empresta também métodos e questionamentos que permitem novos olhares a partir da História Política. Argumentamos, portanto, que, assim como Rémond, a nova perspectiva historiográfica distingue-se fundamentalmente da praticada no século XIX. A incorporação de novas fontes, paradigmas e objetos permitiu que fosse, novamente, retomada como análise credível. No entanto, apesar da condição essencial desse diálogo para o seu fortalecimento, a relação atual de interação é mais tangencial do que no momento refundador da História Política, especialmente nas abordagens da Ciência Política.

É sobre esse caminho de especialização da Ciência Política, e conseqüentemente de distanciamento, que trata a seção seguinte.

## **OS DOIS CAMPOS E A ATUAL CONFIGURAÇÃO**

Apesar do diálogo possível evidente entre os dois campos científicos, são poucos os trabalhos que analisam os campos e suas proximidades. Em artigo de Afonso Nascimento (2008) o autor trabalha com a ideia de que a História Política prezou pela interdisciplinaridade, enquanto a Ciência Política trilhou o caminho da especialização.

Trabalhando dentro das categorias do autor, de interdisciplinaridade e especialização, o presente ensaio demonstrou a interlocução entre os campos que fizeram reforçar o estatuto científico da História Política. No entanto, resta traçar a história do desenvolvimento da Ciência Política, a fim de observar a especialização que o autor indica.

O desenvolvimento da Ciência Política com estatuto científico data da década de 1930 e tinha como paradigma fundamental o behaviorismo. A atenção do campo se volta para o comportamento dos eleitores, a interpretação de estudos eleitorais e as pesquisas de opinião. O behaviorismo era, em síntese, uma reação às abordagens especulativas da filosofia (Nascimento, 2008). O predomínio dessa abordagem é dado até 1950.

A dominância é rompida com a emergência de outras correntes de pensamento dentro do campo, como a escolha racional, o neo-institucionalismo sociológico e o neo-institucionalismo-histórico. Todas as correntes buscam devolver o apelo às instituições como variáveis explicativas dos fenômenos políticos e sociais. (Hall e Taylor, 2003).

O neo-institucionalismo-histórico, assim como o desenvolvimento da História Política, busca romper com a tradição estrutural-funcionalista do pensamento marxista. O principal pressuposto dessa corrente é pensar o desenvolvimento institucional e as ações desenvolvidas por estas a partir de características herdadas do passado. (Hall e Taylor, 2003). A ideia de *path-dependence*, por exemplo, advém dessa matriz teórica. Em síntese:

“[...] os institucionalistas históricos se autodenominam ter significantes perguntas de pesquisas com importância para o mundo real. Eles consideram as sequências temporais, as transformações e os processos; levam em conta múltiplas variáveis, instituições e feitos combinados no tempo”(Arruda, 2017)

A escolha racional, advinda da área da economia, tem como marcas claras o apego à ideia de os atores atuam com base da maximização dos seus interesses, dando ênfase na racionalidade dos atores e institucionalizando a análise a partir dos dilemas de ação coletiva. Essa teoria importa das áreas da economia da organização e do entendimento dos custos de transação os termos analíticos para o funcionamento das instituições (Hall e Taylor, 2003). Esse movimento teve seu auge nos anos 80 e utilizou-se das abordagens utilitárias, da teoria dos jogos e da teoria neo-clássica econômica como pressupostos científicos (Nascimento, 2008).

No entanto, a abordagem da escolha racional exalta o princípio da racionalidade, deixando de lado princípios que dizem respeito à socialização. De maneira a responder tais questões, o institucionalismo sociológico resgata pressupostos culturalistas na interpretação do funcionamento das instituições. Assim, “*mesmo a prática aparentemente mais burocrática deveria ser explicada nesses termos culturalistas*”(Hall e Talyer, 2003, p.207). De maneira geral, a corrente rejeita o princípio da eficácia máxima no surgimento, desenvolvimento e ação das instituições.

No Brasil, Lynch (2016), analisando as produções publicadas na Revista Dados<sup>7</sup> entre os anos de 1966 e 1976, destaca a trajetória de conciliação e autonomização de gerações dentro da incipiente Ciência Política brasileira. De início o IUPERJ e a produção da Ciência

---

<sup>7</sup> Revista vinculada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), atual IESP-UERJ.

Política nacional buscou ocupar o lugar deixado pelo fim do ISEB em 1964, devido ao regime autoritário instaurado naquele ano. No entanto, principalmente a partir de 1968, o lugar dos isebianos foi reduzido em detrimento dos estudos políticos sobre políticas públicas, mecanismos decisórios e burocracia. Nas palavras de Lynch, “[...] *nos primeiros anos da década de 70, a DADOS se torna um veículo irradiador da Ciência Política da nova geração*” (Lynch, 2016, p.86).

A incipiente produção nacional também recebeu incentivos de criar uma Ciência Política empiricamente orientada, sobretudo dos EUA e da Fundação Ford (Lynch, 2016; Nascimento, 2013). Os incentivos desse modelo de produção são respostas ao contexto internacional e histórico de guerra-fria e a necessidade de buscar abordagens alternativas ao paradigma marxista.

Leite (2015) argumenta que nos EUA foi produzida uma vocação politológica, ou seja, que privilegia a política institucional e estatista. Em relação ao método, busca as bases científicas a partir da abordagem clássica do neo-institucionalismo da escolha racional, com apego as abordagens empírico-quantitativas e explicações causais.

As abordagens nacionais, então, resgatam esses pressupostos. O desenvolvimento do que se tem de Ciência Política no Brasil deve, portanto, ao intercâmbio dessas ideias. Isso pôde ser realizado com os pesquisadores nacionais a partir da experiência da FLACSO<sup>8</sup> e principalmente com o doutoramento dos pesquisadores nacionais nos EUA. À título de observação, Fábio Wanderley Reis, Wanderley Guilherme dos Santos, Antônio Octavio Cintra, Renato Boschi, Gláucio Soares e José Murilo de Carvalho tiveram o seu doutoramento nesse período. Desse modo, consagra ideias do scholar norte-americano, de um modelo científico e quantitativo. (Leite, 2015).

Diante da escalada de autonomização do campo da Ciência Política num sentido de especialização, ocorre um distanciamento em relação à História e mesmo à História Política. Se, em dado momento, o desenvolvimento histórico era pressuposto explicativo, como no neo-institucionalismo histórico, o modelo politológico-científico ocupa o terreno atual da produção nacional e atinge essa vertente.

Em artigo intitulado “Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes”, Leite e Codato (2013) trabalham com a ideia de

---

<sup>8</sup> Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), que promoveu e promove cursos e debates entre pesquisadores locais e internacionais.

que a classificação dos artigos acadêmicos da área da Ciência Política unida a abordagem mais frequente nessas revistas orienta a produção acadêmica autônoma da disciplina. Ou seja, tendo em vista os temas mais recorrentes nas revistas acadêmicas e sua avaliação, os pesquisadores orientam seus métodos e objetos de modo que se enquadrem dentro da lógica produtiva da academia brasileira.

Em relação aos dados que comprovam esta ideia, Leite (2010) classifica a produção acadêmica da Ciência Política dentro de classes de abordagens. As que se propõem como “históricas” são, no total, na Dados (A1) 8,9%, na Revista Brasileira de Ciências Sociais (A1) 18,9%, na Revista de Sociologia e Política (A2) 18,1%, na Brazilian Political Science Review (A2) 0%, Opinião Pública (A1) 1,4% e Lua Nova (A2) 15,8%.

Como se observa, as análises históricas são sempre minoritárias, quando não inexistentes, nos maiores períodos do campo. Apenas reforça o sentido de especialização em detrimento da interdisciplinaridade de métodos e objetos com as Ciências Humanas e Sociais, no geral, e, em especial, com a História.

O maior valor encontrado corresponde a Revista de Sociologia e Política da UFPR. O programa de Ciência Política, bem como o de Sociologia Política podem ser considerados um caso particular de análise da produção dessa ciência empiricamente orientada de forma dialógica com a sociologia e histórica. Há um diálogo fino com a utilização de fontes históricas e também de metodologias advindas do campo da histórica, como a prosopografia (Lorencetti, 2016; Ferreira, 2014; Dagostin, 2011).

O Simpósio da ANPUH (Associação Nacional de História) de 2011, intitulado “Ciência Política em perspectiva história: teórica, método e aplicações”, indica aproximações iniciais possíveis, de ordem teórica principalmente na área de teoria política republicana, desnaturalizando noções políticas atuais a partir do conhecimento histórico. Do lado da Ciência Política, no encontro da ALACIP (Associação Latino Americana de Ciência Política) de 2015, por sua vez, não havia qualquer área temática explícita dessa aproximação. Já em 2017, no mesmo encontro, das 21 áreas temáticas, uma contava com a relação direta entre “Política e História”. Foram, no total, 54 trabalhos enviados com a temática. Ainda que distante de um número significativo dentro do total dos trabalhos apresentados no evento, indica algum caminho aproximativo entre os campos que se mostraram distantes.

Ainda que a trajetória brasileira demonstre um distanciamento do diálogo entre os campos, sobretudo para a consolidação da Ciência Política enquanto campo institucionalizado, as possibilidades futuras de ganho científico seguem abertas (e algumas inexploradas) a partir da interdisciplinaridade; palavra de ordem e pressuposto básico da renovação da História Política.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Política e a Ciência Política compartilham o interesse e a compreensão alargada do mundo da política (Nascimento, 2013). Em sua trajetória de reafirmação como conhecimento histórico científico, a História Política pôde absorver importantes ferramentas e questionamentos da Ciência Política. Como um campo multidisciplinar, a especialização do conhecimento histórico foi enriquecido com esse debate. Por sua vez, a Ciência Política traçou o caminho da especialização (Nascimento, 2013), afirmando-se a partir da tradição politológica-científica (Leite, 2015), distante do diálogo mais evidente entre os campos.

Ainda assim, há espaço de diálogo entre eles. Sem pretensão de esgotar o debate sobre os caminhos possíveis, mas aludindo à iniciativa da ANPUH-2011 e da ALACIP 2017, a Ciência Política pode ganhar com esse contato. Assim, os problemas tratados pela Ciência Política, que são marcados pelo “presentismo”, podem recuperar a sua dimensão histórico-explicativa. De qualquer modo, o ensaio é um incentivo para chamar a atenção dos pontos de contato e possibilidade que podem chamar as respectivas comunidades científicas a repensar seus métodos e enquadramentos.

### REFERÊNCIAS

ARRUDA, Larissa. **História e Ciência Política: o fenômeno político na perspectiva do institucionalismo histórico**. Montevideu, Uruguai, 2017. Trabalho apresentado no encontro da Associação Latino Americana de Ciência Política, Montevideu.

BECKER, Jean-Jacques. **Le Parti communiste français veut-il prendre le pouvoir? La stratégie du PCF de 1930 à nos jours**, Paris: Éd. Du Seuil, 1981.

BERSTEIN, Serge. Histoire du parti radical, **Crise du radicalisme**, Paris, vol 2 p. 454-502, 1982.

BERSTEIN, Serge. Le parti radical-socialiste de la défense du peuple à celle des classes moyennes in **L'Univers politique des classes moyennes**, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. ESC.** Paris, n. 6, p. 1344-1359, 1979.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. **A república dos conselhos: um estudo sobre a transformação da elite política paranaense (1930-1947)**. Curitiba, 2011. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná.

DÉLOYE, Ives. **Sociologie historique du politique**. Paris: Seuil, 1997.

DUPEUX, Georges. **Le front populaire et les élections de 1936**. Paris, Colin, 1959.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. São Paulo, Zahar, 1951.

FERREIRA, Ana. **Funcionários na política: o perfil sócio-profissional dos funcionários públicos eleitos para a câmara dos deputados no Brasil (1945-2010)**. Curitiba, 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná.

FERREIRA, Marieta Morais. A nova "velha história": o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 265- 271, 1992.

FERREIRA, Marieta. Apresentação. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**, Tradução de Dora Rocha, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GÉNIQUE, Gaston. **L'élection de l'Assemblée législative de 1849: Essai d'une répartition géographique des partis en France**, Paris, Rider, 1921.

GIRARD, Alain. **Sondages d'opinion et politique étrangère**, in **Élaboration de la politique étrangère** (sob direção de Léo Hamon). Presses Universitaires de France, 1969.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultural, etc. **Estudos Históricos**, vol 9, 1996, pp. 59-84.

HALL, Peter ; TAYLOR, Rosemary. As Três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003.

LEITE, Fernando e CODATO, Adriano. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Quali-Capes. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v1, n1, 2013.

LEITE, Fernando. **O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos**,

**áreas e abordagens.** Curitiba, 2015. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Paraná.

LIMA, Henrique Pereira. História Política: Trajetórias e significados. **Revista Semina**, v11, n1, 2012.

LORENCETTI, Mariana. **Estudo de uma profissão (da) política: os advogados na câmara dos deputados (1945-2010).** Curitiba, 2016. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná.

LYNCH, Christian. Entre a velha e a nova Ciência Política: Continuidade e renovação acadêmica na primeira década da revista DADOS (1966-1976). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, número especial, novembro, pp. 65 a 104, 2016.

MICHELS, Robert. **Les Partis politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties.** Paris: Flammarion, 1971.

NASCIMENTO, Afonso. A Política entre a Ciência Política e a História Política no Brasil. Uma análise comparada dos dois campos científicos. **Revista da Fapese**, v.4, n. 1, p. 15-32, 2008.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 35, 1993, p. 217-237.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**, vol.18, n.36, pp.147-174, 2010.

REMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. **Teoria e Pesquisa**, v18, p119-150, 2009.

RIBEIRO, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. **Rev. bras. Ci. Soc. [online]**, vol.29, n.85, pp.179-193, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação e perspectivas da área de Ciência Política.** Brasília, abril, 1977. Relatório preparado pelo Comitê Assessor em Ciências Sociais do CNPq.

SIMIAND, François. **Método Histórico e Ciência Social.** Tradução de José Leonardo do Nascimento. Bauru/SP: Edusc, 2003.